



PREFEITURA DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO SELETIVO
27ª CONVOCAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições, CONVOCA os candidatos relacionados abaixo, aprovados **na Chamada Pública Edital nº 005/2019** a comparecerem virtualmente no dia **04/11/2021**, conforme o cronograma em anexo, de acordo com seu cargo/disciplina. Para participar, o candidato deve possuir conta no Gmail), munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de escolha de vaga e admissão.

Após a sua escolha de vagas será necessário o preenchimento dos devidos formulários abaixo no anexo III assim como as cópias solicitadas, **para aqueles que já trabalharam na rede desde 2019 não será necessário as cópias** apenas o preenchimento dos formulários, **EXCETO** quando houve mudança de endereço, trazer a cópia do comprovante de residência .

O COMPARECIMENTO DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL NA DATA E HORÁRIO ABAIXO MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

“13.6 O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será reclassificado como último candidato da relação homologada dos candidatos classificados.”

Após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 28 de Outubro de 2021.

Oscar Silva Neto
Oscar Silva Neto

Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

Cargo: PROFESSOR III - GEOGRAFIA

- 011 ROBSON ALVES
- 012 AURELIO AFFONSO MARISCAL
- 013 MORIEL DOUGLA CABRAL
- 014 NAYANA FLORES DE AZEVEDO
- 015 VINICIUS FAGUNDES SENNA BORGES
- 016 BRUNA COSTA DA CUNHA
- 017 RODRIGO BARBOZA LOPES
- 018 BRAYAN EIFLER RIFFEL
- 019 ANTONIO FERNANDES DE FRANCA VASCONCELOS
- 020 EMERSON LUIZ DOS SANTOS

ANEXO II

CRONOGRAMA

CARGO	N. DE VAGAS	DATA	HORÁRIO
PROFESSOR III - GEOGRAFIA	02	04/11/2021	14h Google meet https://meet.google.com/yrv-zict-vzs

ANEXO III

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO E COMISSIONADO CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS Nº 008/2010 E DECRETO MUNICIPAL Nº 91/2010

1. Atestado de Saúde Ocupacional.
2. Documento de identidade (**2 fotocópia**);
3. Título Eleitoral (fotocópia) e Certidão de quitação com a justiça eleitoral;
4. Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (fotocópia);
5. CÓPIA de Comprovante de escolaridade - qualificação profissional exigida para o cargo (diploma de formação, devidamente registrado no órgão competente) e registro no Conselho de Classe, quando for o caso, TRAZER OS ORIGINAIS .
6. Carteira de habilitação para os cargos de motorista (fotocópia).
7. CIC/CPF (fotocópia);
8. PIS/PASEP – Fotocópia (se não for cadastrado, anexar declaração);
9. Comprovante de residência (**2 fotocópia**);
- É considerado válido, para fins de comprovação de residência, conta de água, luz, telefone fixo, em nome do candidato, de cônjuge, ascendente ou descendente direto.
10. Nº da conta bancária com número e nome da agência (Conta Salário – Banco SANTANDER – Agência Biguaçu) ;
11. Certidão de casamento (fotocópia);
12. Certidão de nascimento dos filhos menores ou identidade (fotocópia);
13. Declaração de dados pessoais (formulário anexo – Mod 01);
14. Declaração de não-acumulação de cargos (formulário anexo – Mod 02);
15. Declaração de bens (Imposto de renda completo ou formulário anexo – Mod 03);
16. Ficha de qualificação profissional (formulário anexo – Mod 04);
17. Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar (formulário anexo – Mod 06);
18. Declaração de encargos de família para fins de Imposto de Renda;
19. **Comprovante das doses da vacina do COVID;**

OBS: CASO NÃO TENHA TRABALHADO CONOSCO TRAZER 2 CÓPIAS DE RG E CPF E COMPROVANTE DE RESIDENCIA PARA ABERTURA DE CONTAR QUE SERÁ NO BANCO SANTADER.



PREFEITURA DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS E/OU FUNÇÕES

VÍNCULO	NOME:
CPF:	
<p>Declaro, nos termos do artigo 37, inciso XVI, XVII e § 10 da Constituição federal, sob as penas previstas no artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta são a expressão da verdade, pelas quais me responsabilizo.</p> <p>() Não ocupar outro cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos das esferas Federal, Estadual ou Municipal, no âmbito da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional.</p> <p>() Ser detentor do cargo/emprego na esfera: () Federal () Estadual () Municipal</p> <p>com carga-horária de _____ horas semanais</p> <p>() Receber proventos de aposentadoria, por ser inativo (a) no cargo, emprego e/ou função pública na esfera () Federal () Estadual () Municipal</p> <p>com carga-horária de _____ horas semanais</p>	

Data: _____ Assinatura: _____

Observação: No caso de ser detentor ou ter se aposentado em outro cargo que não seja o de professor, deverá ser anexado a descrição do cargo e informado a habilitação exigida para a investidura no cargo, emprego e/ou função.



PREFEITURA DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES E RENDAS

Nome: _____
Cargo: _____ CPF _____
Endereço: _____

FONTES DE RENDA

DENOMINAÇÃO	CNPJ/CPF

CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES DE CONFIANÇA OU CARGOS ELETIVOS OCUPADOS NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

ENTIDADE	CARGO	PERÍODO
		Início / / Fim / /
		Início / / Fim / /

ESPECIFICAÇÃO	DATA/AQUISIÇÃO	VALOR R\$

Atesto, para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são a expressão da verdade.

Local e data: _____, de _____ de 2 _____

Assinatura : _____



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO DE PENALIDADES

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____
_____, a fim de tomar posse no cargo
de

_____ DECLARO não haver
sofrido no exercício de função pública, penalidade disciplinar de
suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público e/ou
entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Biguaçu, ____/____/____.

Assinatura do declarante



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
FICHA CADASTRAL

Dados Pessoais

Nome completo				
Endereço: (Rua, Av. Nº)				CEP
Bloco	Apto	Cidade	Estado	
Nome Pai		Nome Mãe		
Data de nascimento	Sexo <input type="checkbox"/> Mas <input type="checkbox"/> Fem	Cidade Natural	Estado	
Estado Civil: <input type="checkbox"/> solteiro <input type="checkbox"/> casado <input type="checkbox"/> desquitado <input type="checkbox"/> divorciado <input type="checkbox"/> viúvo <input type="checkbox"/> união estável <input type="checkbox"/> outros				
Grau de Instrução: <input type="checkbox"/> analfabeto <input type="checkbox"/> ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> ensino médio completo <input type="checkbox"/> ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> ensino superior completo Curso de Graduação _____ <input type="checkbox"/> especialização : Curso: _____ <input type="checkbox"/> mestrado : _____ <input type="checkbox"/> doutorado:				
CPF	RG	Órgão de expedição		Data de Expedição
PIS	CTPS Nº	Série	Data de emissão	Estado
Título de eleitor	Zona	Seção	CNH	Categoria
Nº certificado de reservista	Categoria		Órgão	



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Contato: Fone residencial _____ Fone celular _____ _____
Outro fone de contato _____
Email: _____

Dados adicionais

Banco	Agência	Conta	Tipo de conta
Informações obrigatórias para RAIS – Ministério do Trabalho			
Cor da pele --- () branca () preta () amarela () parda () indígena () outros			
Cor de olhos --- () azuis () castanhos () verde () outros			
Cor de cabelos --- () branco () castanho () outro			
Tipo sanguíneo --- () A () B () AB () O Fator RH --- () negativo () positivo			
Tipo de deficiência --- () nenhuma () física () auditiva () mental () múltipla () autismo () reabilitado () visual () outros			

Dependentes

1 – Nome do Dependente			
Tipo de dependente () cônjuge () filho () outros	Data de nascimento	Cidade natural	UF
CPF			

2 – Nome do Dependente			
Tipo de dependente () conjugue () filho () outros	Data de nascimento	Cidade natural	UF
CPF			

3 – Nome do Dependente			
Tipo de dependente	Data de nascimento	Cidade natural	UF



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

() cônjuge () filho () outros			
CPF			

Informações Adicionais:

Trabalha em outra empresa: () Sim () Não

Nome da Empresa: _____

Cargo _____ Horário: _____

Biguaçu, ____/____/____

Assinatura



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO DE ENCARGOS DE FAMÍLIA PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Em obediência à legislação do Imposto de Renda – Dec. 3000/99 e IN RFB 1.500/14 – informo que tenho como encargo de família, as pessoas abaixo relacionadas:

DEPENDENTES CONSIDERADOS COMO ENCARGO DE FAMÍLIA

Nome Completo dos Dependentes	*Tipo de Dependente	Data nascimento	CPF **

* Art. 90.

**Obrigatório para dependente acima de 8 anos, sem a informação não será considerado.

Declaro sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, não cabendo à empresa/órgão qualquer responsabilidade perante a fiscalização.

DECLARANTE:	_____
ESTADO CIVIL:	_____
CPF:	_____
ENDEREÇO:	_____
CIDADE:	_____

(local e data): _____, ____/____/____.

Assinatura: _____

Ciente do Cônjuge (*): _____

(*) o ciente do cônjuge é obrigatório no caso de dependentes em comum – IN RFB 1.500/14 artigo 90, parágrafo 6º.

***** Sempre que houver alteração esta declaração deve ser renovada pelo trabalhador *****



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

IN RFB 1.500/14

*** Art. 90. Podem ser considerados dependentes:**

I - o cônjuge;

II - o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de 5 (cinco) anos, ou por período menor se da união resultou filho;

III - a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 (vinte e um) anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

IV - o menor pobre, até 21 (vinte e um) anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

V - o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 (vinte e um) anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VI - os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;

VII - o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 1º As pessoas elencadas nos incisos III e V do caput podem ser consideradas dependentes quando maiores até 24 (vinte e quatro) anos de idade, se estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de 2º (segundo) grau.

§ 2º Os dependentes comuns podem, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges.

§ 3º No caso de filhos de pais separados, o contribuinte pode considerar, como dependentes, os que ficarem sob sua guarda em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.

§ 4º O responsável pelo pagamento a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública, não pode efetuar a dedução do valor correspondente a dependente, exceto na hipótese de mudança na relação de dependência no decorrer do ano-calendário.

§ 5º É vedada a dedução concomitante de um mesmo dependente na determinação da base de cálculo de mais de um contribuinte, exceto nos casos de alteração na relação de dependência no ano-calendário.

§ 6º Para fins de desconto do imposto na fonte, os beneficiários devem informar à fonte pagadora os dependentes a serem utilizados na determinação da base de cálculo, devendo a declaração ser firmada por ambos os cônjuges, no caso de dependentes comuns.

§ 7º Na DAA pode ser considerado dependente aquele que, no decorrer do ano-calendário, tenha sido dependente do outro cônjuge para fins do imposto mensal, observado o disposto no § 5º.

§ 8º Para fins do disposto no inciso II do caput, considera-se também dependente o companheiro ou companheira de união homoafetiva.

Art 91 – (...)

§ 3º As despesas de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda na declaração, observado o limite previsto no art. 23.